

## **A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE LUTA PELA TERRA: um estudo nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS**

### **PROBLEMA AGRÍCOLA Y MOVIMIENTOS Y ORGANIZACIONES PARA LUCHAR POR LA TIERRA: un estudio en los asentamientos de Nova Andradina/MS**

**Fabiano Greter Moreira**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS/CPNA, Nova Andradina, MS, Brasil  
fabiano.greter@ufms.br

#### **Resumo**

Para a construção desta pesquisa, buscou-se descrever a questão agrária dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, apresentando a atuação dos movimentos socioterritoriais e as organizações sindicais presentes nos assentamentos. Analisou-se compreender as contribuições na conquista pela terra, bem como as influências da centralidade agrária sob a criação dos projetos de assentamentos do município. Tratou-se de evidenciar suas representatividades dentro dos assentamentos, suas formas de luta pela conquista da terra junto aos assentados, bem como sua atuação nos assentamentos após a desapropriação. Além dos movimentos e organizações de luta pela terra, foram apontados elementos dos processos de configuração da questão agrária no Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina. O processo metodológico pautou-se em uma pesquisa qualitativa e com aporte de entrevistas semiestruturadas, aplicadas junto aos assentados do município. Com os relatos dos participantes da pesquisa, foi possível compreender as ações exercidas pelos movimentos socioterritoriais e organizações sindicais na criação dos assentamentos de Nova Andradina.

**Palavras-chave:** Dataluta. Movimentos socioterritoriais. Questão agrária.

#### **Resumen**

Para construir esta investigación, se buscó describir la problemática agraria de los asentamientos rurales en el municipio de Nova Andradina/MS, presentando el rol de los movimientos socio-territoriales y las organizaciones sindicales presentes en los asentamientos. Se analizó para comprender los aportes en la conquista de la tierra, así como las influencias de la centralidad agraria bajo la creación de los proyectos de asentamientos del municipio. Se trataba de evidenciar su representatividad dentro de los asentamientos, sus formas de luchar por la conquista de tierras con los pobladores, así

como su actuación en los asentamientos tras la expropiación. Además de los movimientos y organizaciones que luchan por la tierra, se señalaron elementos de los procesos de configuración del tema agrario en Brasil, el Estado de Mato Grosso do Sul y en el municipio de Nova Andradina. El proceso metodológico se basó en una investigación cualitativa y con el aporte de entrevistas semiestructuradas, aplicadas a los pobladores del municipio. Con los informes de los participantes de la investigación se pudo comprender las acciones ejercidas por los movimientos socio-territoriales y las organizaciones sindicales en la creación de los asentamientos en Nova Andradina.

**Palabras clave:** Dataluta. Movimientos socio-territoriales. Cuestión agraria.

## **Introdução**

O presente estudo busca apresentar a questão agrária no município de Nova Andradina, em seu contexto estadual/nacional, juntamente com a análise dos movimentos socioterritoriais, organizações sociais e sindicais presentes nos assentamentos do município, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS).

A questão política no campo, para Martins (1982, p. 18), é principalmente a questão da propriedade da terra. O autor considera a posse da terra “como um problema de resistência à expansão do capital” e que a luta pela terra visa “a restauração da autonomia do camponês à sua independência” social e produtiva. Por isso, movimentos sociais que lutam pela reforma agrária são entraves à reprodução capitalista na agricultura, provocando confrontos e enfrentamentos em várias regiões do estado brasileiro.

Para Fabrini (2008, p. 57), a estrutura fundiária está centralizada na maneira como a propriedade da terra está distribuída no país, pois o monopólio existente da posse de terra no Brasil iniciou-se no período colonial, por meio da Lei das Sesmarias, que regulamentava a apropriação de terra. De modo geral, a concentração de terras é resultado de políticas de ocupação e apropriação criadas pelo Estado, que expropriou os camponeses do acesso a terra. No Estado de Mato Grosso do Sul, quem promoveu a “venda e titulação de terras devolutas em grandes propriedades”, formando a estrutura

fundiária que conhecemos no momento, foi o próprio Estado, criando uma estrutura concentrada, fomentando os conflitos de terras e a desigualdade social no campo.

A pesquisa tem por objetivo descrever a questão agrária do município de Nova Andradina e compreender as atuações dos movimentos e organizações de luta pela terra, desde os momentos de enfrentamento e acampamento dos assentados, a desapropriação e o funcionamento dos projetos de assentamentos do município. Levantar as ações atuais dos movimentos e organizações, segundo as experiências vividas pelos assentados, e, sobretudo, a questão agrária presente no âmbito municipal, estadual e nacional.

### **Metodologia**

O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi à pesquisa qualitativa, partir da necessidade de conhecer através de observação, reflexão e análise da realidade do fenômeno social, para compreendê-lo nos processos contextuais, segundo Triviños (1987). Estas percepções e a realidade do fenômeno social são pontos fundamentais para contextualizar as relações de poder e de territorialização dos assentados e os assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. Minayo (2002) descreve o trabalho de campo como um recorte baseado na construção teórica de uma determinada fração de momento, realizada por meio de entrevistas, observações, levantamentos de material documental e bibliográfico, que buscam aspirar às experiências e vivências dos fenômenos nos participantes da pesquisa.

A pesquisa seguiu a operacionalização do “ponto de saturação”, para definir a quantidade de entrevistas realizadas, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

A coleta de informações no estudo de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas junto aos participantes pré-estabelecidos na pesquisa. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo, ainda, percursos metodológicos descritos por Poupart *et al.* (2014, p. 212), que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abre “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, instrumento privilegiado de acesso

às experiências dos atores como ferramenta de informação na pesquisa qualitativa, neste caso, assentados dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

Nas últimas três décadas, foram implantados no município de Nova Andradina, quatro Projetos de Assentamentos (PAs), de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018), sendo estabelecidos da seguinte forma: a) O Projeto de Assentamento Casa Verde com uma área territorial de 29.859,9889 ha, com capacidade de 471 lotes, que atualmente possui 460 famílias assentadas; b) O Projeto de Assentamento Santa Olga possui uma área territorial de 1.492,5021 ha, com capacidade de 170 lotes, possui 168 famílias assentadas; c) O Projeto de Assentamento Teijin com uma área territorial de 28.497,8194 ha, com capacidade de 1.094 lotes, possui 1.056 famílias assentadas; d) O Projeto de Assentamento São João situa-se na antiga Fazenda São João com uma área territorial de 4.011,9000 ha, com capacidade de 180 lotes, possui 172 famílias assentadas (INCRA, 2018).

Foram realizadas 19 entrevistas, divididas em: 4 (quatro) no PA São João, 5 (cinco) no PA Casa Verde, 5 (cinco) no PA Teijin e 5 (cinco) no PA Santa Olga. O recorte temporal da pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo as entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) Primeiro<sup>1</sup> (a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) Responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) Residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

As entrevistas foram gravadas com gravador de áudio e transcritas para posterior aprovação dos participantes, seguindo orientações de Meihy e Ribeiro (2011). O participante que não concordou com a sua identificação e a de seu lote, não foram reveladas suas identidades. As entrevistas foram realizadas no lote de cada participante e/ou em local definido pelo próprio assentado e tiveram duração de aproximadamente 1 hora, dependendo da disponibilidade dos participantes. Para tanto, padronizamos a

---

<sup>1</sup> Ao decidir o primeiro ou primeira titular do lote, buscou compreender a trajetória dos assentados desde o período de acampamentos, à espera da desapropriação, as lutas pela posse e permanência nos lotes, enfim, neste sentido pesquisar as relações de poder e a construção das territorialidades dos assentamentos do município de Nova Andradina/MS, dos primeiros atores sociais dos PAs, apresenta adequadamente as relações conflituosas desde a criação dos assentamentos.

identificação dos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Teijin (TJ1, TJ2, TJ3, TJ4, TJ5); Assentamento Casa Verde (CV1, CV2, CV3, CV4, CV5); Assentamento São João (SJ1, SJ2, SJ3, SJ4) e; Assentamento Santa Olga (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes.

O município de Nova Andradina está localizado no sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul, conta com um número populacional estimado de 55.224 habitantes (IBGE, 2020). O município foi fundado em 20 de dezembro de 1958 e instalado oficialmente no dia 30 de abril do ano seguinte, em 1959, quando se desmembrou da comarca de Rio Brillhante, pertencente, até então, ao município de Bataguassu.

O município ocupa o 8º lugar em número populacional de acordo com as estimativas do IBGE realizada no ano de 2020, dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como antecessores os municípios de Campo Grande (906.092), Dourados (225.495), Três Lagoas (123.281), Corumbá (112.058), Ponta Porã (93.937), Sidrolândia (59.245) e Naviraí (55.689).

Dentre os municípios citados em níveis populacionais, apresentamos uma relação dos Projetos de Assentamentos Rurais das referidas cidades e suas representações em capacidade de famílias assentadas, número de assentamentos e áreas, de acordo com a Tabela 1.

**Tabela 1:** Assentamentos rurais dos municípios (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí e Nova Andradina) em 2018.

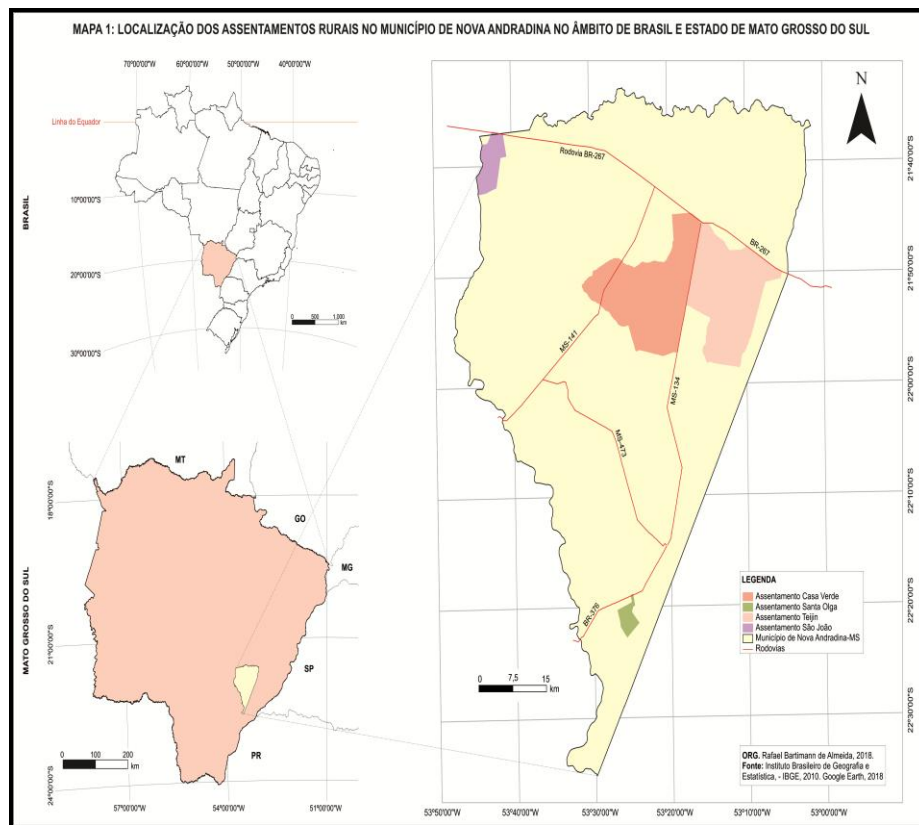
Municípios	Nº Assentamentos	%	Famílias Assentadas	%	Área PA	%
Campo Grande	03	5,17	269	2,50	4.280,5033	1,56
Dourados	02	3,45	212	1,96	5.197,6612	1,89
Três Lagoas	03	5,17	120	1,11	3.729,7892	1,36
Corumbá	07	12,10	1.221	11,30	33.570,3933	12,25
Ponta Porã	15	25,86	3.006	27,82	80.886,9269	29,54
Sidrolândia	23	39,65	4.007	37,08	80.011,4174	29,20
Naviraí	01	1,70	113	1,05	2.453,1666	0,90
Nova Andradina	04	6,90	1.856	17,18	63.862,2104	23,30
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100</b>	<b>10.804</b>	<b>100</b>	<b>273.992,0683</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

A Tabela 1 nos revela que o município de Nova Andradina ocupa o 3º lugar entre os oito mais populosos do Estado, no que se refere às áreas de assentamentos

rurais, possuindo 23,3% do total de áreas dos Projetos de Assentamentos, ficando atrás apenas de Sidrolândia, com 29,20% e Ponta Porã, com 29,54%, dos mais de 270 mil hectares de áreas de Assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresenta-se, a seguir, o Mapa 1 que descreve a área geográfica dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, no âmbito nacional, estadual e municipal.

**Mapa 1:** Localização dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina no âmbito de Brasil e Mato Grosso do Sul.



**Fonte:** Adaptado a partir de dados do IBGE (2018).

Os assentamentos rurais no município de Nova Andradina estão entre os maiores assentamentos em extensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul e do País, segundo dados emitidos pelo INCRA (2018). A área total dos assentamentos é de aproximadamente 64 mil hectares, 13,86% do total do território do município, conforme aponta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), com capacidade para assentar 1.915 famílias em seus projetos. O Projeto de Assentamento com maior área territorial é o Casa Verde, com 46,75% do total da área de PAs do município, com lotes de vários tamanhos, podendo chegar mais de 100 ha. O menor é o Santa Olga, com 2,33% de área e em torno de 06 ha cada lote (somados as áreas societária e individual).

## **A questão agrária e sua manifestação nos assentamentos rurais**

O debate sobre a questão agrária e os Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil nos remete a refletir que, antes do assentamento no lote, os nossos participantes da pesquisa foram acampados, viveram às margens de estradas/rodovias, na esperança de serem contemplados com um pedaço de terra, e, por isso, trazemos uma frase de Oliveira (1990, p. 18), relatando que “os acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto”, combinando a força do trabalho familiar, a produção para o autoconsumo com a troca de mercadorias ou compra e venda de produtos para consumo/insumos. Esta reconquista da terra, por meio de lutas pelos movimentos dos trabalhadores rurais, tem a terra como espaço para produção e o exercício das relações de trabalho, sob o controle dos próprios trabalhadores, agora, assentados em posse de seus lotes.

Para Fernandes (2008, p. 15), as frequentes ocupações que ocorrem no meio rural se estabelecem em diferentes áreas municipais do país. Ao serem assentadas, estas famílias, para além da produção simples de mercadorias, criam e recriam a sua existência no campo, promovendo modelos distintos de desenvolvimento. Os conflitos por terra são “também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento territorial rural”, que são processos formadores de diferentes organizações sociais no campo. Estes modelos no interior dos assentamentos rurais transitam em finalidades econômicas e de cunho mercadológico no campo, gerando conflitualidades, no que tange às aptidões, aos costumes e às tradições desses atores sociais, bem como sua organização de produção camponesa.

Estes processos de configuração agrária no Brasil possuem centralidades políticas entre os proprietários de terra, por meio de políticas públicas mais alinhadas às grandes propriedades, transformando a luta pela terra o fator central para a compreensão da questão agrária no país, e ainda, a não realização da reforma agrária passa a existir ocupações e intensificam a luta pelos sem-terra, forçando aos governantes a realização de políticas de assentamentos rurais nas regiões de conflitualidades (FERNANDES, 2000), conduzindo a novos processos de luta pela posse de terra no campo brasileiro.

Pode-se compreender o cenário agrário não apenas sob o olhar da produção de mercadorias, mas contemplá-lo por aspectos além da categoria econômica, que, para Paulino (2006, p. 98-99), a abordagem da “questão agrária não está circunscrita apenas

à produção agrícola”, mas em todas as relações sociais, culturais e políticas da unidade produtiva. Esta lógica é definida não apenas pelos aspectos econômicos, mas por meio de “seus traços gerais, no que tange às relações sociais envolvidas na reprodução da família”, que possuem necessidades e critérios próprios da atividade camponesa.

Em geral, o resultado das lutas pela posse da terra é a expansão da grande propriedade, com a expulsão ou subordinação de indígenas, posseiros, sitiantes e colonos para a construção do desenvolvimento extensivo do capitalismo no estado brasileiro, segundo Ianni (1979). Os assentamentos de reforma agrária no país transformam e/ou convertem a vida dos camponeses e de suas famílias, em uma organização de vida no campo, por meio da posse da terra.

Com a expansão do capitalismo no campo, é um erro considerar que a terra é capital. Martins (1995, p. 159 e 162) deixa claro que a terra não é capital, pois “é um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho”. Entretanto, o capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, sendo produto do trabalho assalariado, “capaz de fazer a terra produzir sob o seu controle e domínio”, por meio de suas formas de produção, gerando riquezas aos capitalistas. Enquanto o capital produz lucro, a força de trabalho produz salário e a terra produz renda.

Dentre as manifestações da questão agrária no país, a formulação da reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais, visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país, realizada por meio de modificações na distribuição da propriedade e ou posse da terra e seus rendimentos, que, para Oliveira (2007), garante um reordenamento do território, contribuindo para melhores resultados no campo social, econômico, político e cultural da região contemplada com esta política. Para o autor, este reordenamento territorial possibilitará ganhos econômicos na localidade de sua origem, com a oferta maior de produtos agrícolas em seus mercados.

Levando em consideração o regimento governamental sob a definição de reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017) trata como um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, objetivando atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Essa concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Na prática, a Reforma



Agrária proporciona, dentre outras coisas, uma democratização da estrutura fundiária, melhoria na renda das famílias, redução da migração e promoção da cidadania.

Fernandes (2012, p. 13) descreve que a “reforma agrária também pode ser compreendida como resultado de um conjunto de políticas dos movimentos socioterritoriais e do Estado”, seja na esfera de governos federais, estaduais ou municipais, e ainda:

A reforma agrária é uma política pública que representa tanto o processo de desconcentração fundiária quanto o desenvolvimento das áreas reformadas no conjunto de seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Em síntese, a reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. E neste sentido é também uma política de disputas por território e modelo de desenvolvimento não capitalista. Não haverá desconcentração fundiária enquanto os governos acreditarem que o agronegócio é o modelo do país (FERNANDES, 2012, p. 14).

Dentre as compreensões da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressalta que:

A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (MST, 2014).

A luta pela reforma agrária travada pelos movimentos socioterritoriais e as organizações sociais e sindicais, através de ocupações, e consequente criação de Projetos de Assentamentos, constitui o que Girardi e Fernandes (2008) denominam de uma:

[...] forma de recriação do campesinato, o que pode ocorrer também através de arrendamento, meação, parceria ou compra da terra. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 76).

Essa nova configuração territorial, com a implantação dos Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil, é uma transformação social e política lenta, e que o

alento nas políticas públicas de distribuição de terras no país caminha a passos brandos, e, por isso, é necessário às lutas pela reforma agrária para sua realização, manifestadas pelos trabalhadores rurais sem terra em seus movimentos e organizações sindicais e sociais, em busca da conquista e posse da terra:

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de “assentamentos rurais” (FERNANDES, 2000, p. 279).

Os Projetos de Assentamentos (PAs) fazem parte da conquista de uma fração de território capitalista, permitindo acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra e assegurando a reprodução camponesa. A conquista segue além da posse da terra, pois revela a possibilidade de reproduzir o campesinato, desenvolvendo relações sociais de produção e de trabalho, distintas da produção capitalista. É um processo que existe com a luta pela posse da terra e que prossegue na luta pela permanência na terra, garantindo as relações camponesas no assentamento. Para Fernandes (1996, p. 181), “o assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas representadas, sobretudo a possibilidade da territorialização”.

Para o INCRA (2017), o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas livres entre si, originários de imóvel rural de um único proprietário. As unidades agrícolas podem ser chamadas de parcelas, lotes ou glebas, que são entregues às famílias que não possuem condições econômicas para adquirir e manter uma propriedade rural. A quantidade de lotes é dividida de acordo com a capacidade da propriedade em sustentar e assentar as famílias.

O tamanho dos lotes é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que a área proporciona. O INCRA deve fornecer às famílias assentadas créditos produtivos, assistência técnica rural e infraestrutura (abertura de estradas, energia elétrica, construção de casas), entre outros benefícios. Em contrapartida, os trabalhadores rurais que receberem os lotes comprometem-se em morar no lote, a explorá-lo para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Enquanto os assentados não receberem a escritura ou titularidade do lote, estarão vinculados ao INCRA. Portanto, os assentados que não possuem titularidade dos lotes

em seu nome, não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

Almeida (2003, p. 265) destaca, em sua tese, que os Projetos de Assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul possuem confusões no que cerca o entendimento à questão fundiária, pois as mesmas concepções de assentamentos rurais frutos da luta pela terra, são também as transferências de população ribeirinhas (neste caso, alguns são chamados de reassentamento). Tratadas como desapropriação, segundo a autora, este fato oculta a diferenciação política e social existente entre os assentados. Por sua vez, na proposição de tal concepção de assentamento, o que na esfera visível aparece comumente relacionada ao caráter técnico das ações estatais, porque, nesta ótica, é que são operados os “critérios técnicos de seleção dos beneficiários”, se oculta o desdobramento político de tal ação, a “destituição do papel ativo destas famílias na reconstrução de suas vidas no processo histórico de conquista do chão de morada, sinônimo de terra conquistada e livre”.

A Comissão Pastoral da Terra Nacional (CPT) elabora anualmente relatórios sobre conflitos agrários no Brasil, apresentando as diversas manifestações e reivindicações dos trabalhadores sem terra no país. Neste período, dois dos quatro assentamentos rurais do município de Nova Andradina, os PAs Teijin e Santa Olga, estavam sendo requeridos pelos trabalhadores rurais sem terra, promovendo várias manifestações e protestos, com o objetivo de chamar a atenção dos órgãos competentes de reforma agrária (INCRA), aos “impasses ou morosidades das desapropriações de terra”. Segue a demonstração no Quadro 1 destes conflitos:

**Quadro 1:** Conflitos registrados pela CPT no município de Nova Andradina/MS.

Tipo de Manifestação	Data do Evento	Quantidade de Pessoas	Motivo da Reivindicação	Organização
Bloqueio na BR-267/Ass. Casa Verde	15/2/2003	200	Infraestrutura	SI*
Bloqueio da BR-376/Acamp. Perto da Faz. St <sup>a</sup> . Olga	26/2/2003	120	Desapropriação	STR**
Bloqueio da MS-134/Faz. Teijin	8/4/2003	400	Desapropriação	MST

\*Onde se lê “SI”, não foi possível identificar que tipo de organização a CPT se refere, mas, tivemos relatos de participantes da pesquisa, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realizou bloqueios na BR-267 no referido ano.

\*\*STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**Fonte:** Adaptado a partir das Manifestações dos Conflitos no Campo Brasil (CPT/Nacional, 2003, p. 187).

Os conflitos por terra podem ocorrer antes, durante e depois da implantação dos Projetos de Assentamentos. Por isso, abordamos conceitos utilizados pela CPT de manifestações/conflitos de luta pelo acesso a terra, que são utilizados em nosso trabalho, por estarem em concordância com nossa perspectiva teórica:

[...] **conflitos** se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

**Conflitos por terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a *seringais, babaçuais ou castanhais*, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc (CPT, 2003, p. 218).

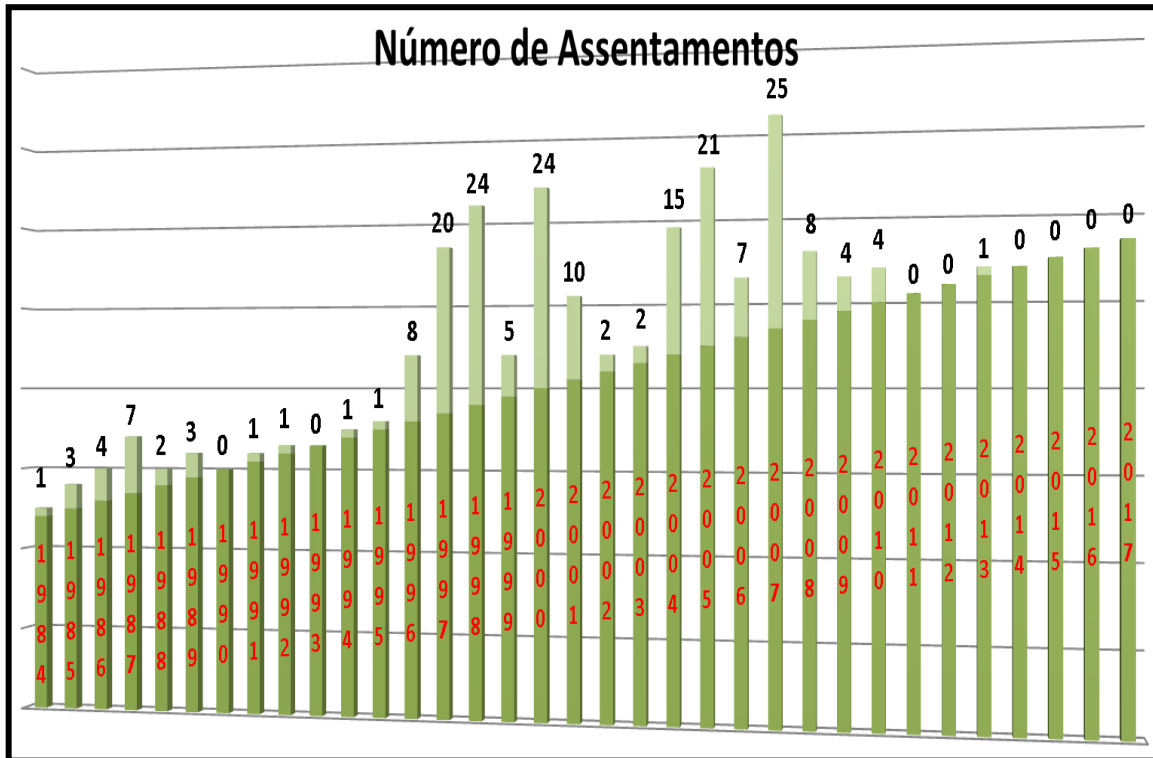
Quando tratamos de descrever as manifestações ocorridas do processo de luta pelo acesso a terra por famílias de trabalhadores rurais sem terra que antecedem a criação dos PAs, elucidamos que as ocupações e acampamentos fazem parte do processo dessas lutas e que também são enquadrados nos conflitos por terra no país, segundo a CPT (2003). Mesmo porque, as desapropriações, em sua maioria, não ocorrem de maneira legal ou técnica, mas se submete a enfrentamentos judiciais, manifestações, mobilizações de movimentos, entre outros, e, até “confrontos armados<sup>2</sup>, como ocorreu no Assentamento São João”, no município de Nova Andradina/MS, e, que não foi registrado no relatório de “Conflitos no Campo Brasil”, realizado pela CPT, no ano de 2003”. Abordaremos as manifestações ocorridas nos Assentamentos Teijin e Santa Olga no decorrer da análise de seus respectivos Projetos de Assentamentos.

Apresentamos no Gráfico 1, a quantidade de Projetos de Assentamentos criados pelo Governo Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1984 a 2017 (última atualização em 31/12/2017), conforme o Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

---

<sup>2</sup>Relato do assentado SJ1, entrevista realizada no Assentamento São João, dia 27/10/2017.

**Gráfico 1:** Número de Assentamentos Rurais criados pelo INCRA no Estado de Mato Grosso do Sul – 1984 a 2017.



Fonte: Adaptado a partir de dados do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

Com o Gráfico 1 é possível constatar a redução na criação de Projetos de Assentamentos pelo governo federal no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial nos anos de 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017, que não foram criados nenhum assentamento no Estado e, ainda, sem perspectivas de novos assentamentos, em virtude do cenário político instalado no ano de 2019. Para Nardoque *et al.* (2018, p. 632) “a não reforma agrária em Mato Grosso do Sul contribuiu para a permanência da concentração da estrutura fundiária” no Estado. Com este cenário, os movimentos socioterritoriais e organizações sociais e sindicais restam lutar pela reforma agrária no Estado, para que novas áreas sejam devidamente desapropriadas e ocupadas, como as ocorridas no município de Nova Andradina nos anos de 1987 (Casa Verde), 2002 (Teijin) e 2004 (São João e Santa Olga).

De acordo com o INCRA (2018), o país possui mais de 88 milhões de hectares de terras, situado em assentamentos rurais. Destes, o Estado de Mato Grosso do Sul concentra mais de 700 mil hectares em Projetos de Assentamentos (PAs). Dos 700 mil hectares, mais de 63 mil estão concentrados no município de Nova Andradina. Com

mais de 900 mil famílias assentadas no Brasil, novos conjuntos de interações sociais, políticas, econômicas e culturais são articuladas na região que estão inseridos os assentamentos rurais. Na Tabela 2, descrevemos a atual situação dos Projetos de Assentamentos, suas áreas e números de famílias assentadas, no Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul e no Município de Nova Andradina.

**Tabela 2:** Demonstrativo de assentamentos rurais, famílias assentadas e suas áreas no Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Nova Andradina.

Referência	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias Assentadas	Áreas PA (ha)
Brasil	9.374	972.289	87.978.041,18
Mato Grosso do Sul	204	27.764	716.212,19
Nova Andradina	04	1.856	63.862,2104

**Fonte:** Adaptado a partir de dados do Painel dos Assentamentos do INCRA (2018).

Os dados apresentados demonstram a relevância do Estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere o número de famílias assentadas no país, representando 2,85% do território nacional, e, ainda, o destaque do município de Nova Andradina no cenário dos Projetos de Assentamento Rurais, com 6,68% de famílias assentadas e uma área total de 8,92% dos assentamentos do Estado.

Contudo, a centralidade agrária do Estado de Mato Grosso do Sul, se concentra em propriedades latifundiárias do Estado, destinadas à criação de bovinos, produção agrícola e outros processos produtivos voltados à produção capitalista no campo. Segundo Nardoque *et al.* (2018, p. 626) esta territorialização no campo, ocorreu por meio da “atuação de grandes empresas ligadas à produção de soja, cana de açúcar, carnes e eucalipto” que encontraram no Estado elementos fundamentais para sua atuação, somadas a “expansão do crédito agrícola direcionado para esse setor”. O Quadro 2 apresenta a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul em 2018, em termos de área e número de imóveis rurais.

**Quadro 2:** Estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul em 2018.

Classe Área Total (ha)	Nº de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Mais de 0 a menos de 25	33.591	35,09	369.833,7901	0,93
25 a menos de 250	36.987	38,64	3.258.501,878	8,23
250 a menos de 1000	16.315	17,04	8.398.358,5370	21,21
1000 e mais	8.841	9,23	27.576.572,4900	69,63
<b>Total ==&gt;</b>	<b>95.734</b>	<b>100</b>	<b>39.603.266,7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Adaptado a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (INCRA, 2018).

Contrapondo a centralidade agrária do Estado de Mato Grosso do Sul, temos mais de 73,7% de imóveis rurais com até 250 ha, que possuem trajetórias e relações produtivas, que se comportam de maneira distinta da produção capitalista no campo, como as encontradas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. De acordo com o SNRC (INCRA, 2018), o município possui 1.627 imóveis rurais consistentes, sendo destes, 1.272 que se enquadram nos imóveis até 250 ha, representando mais de 78% dos estabelecimentos rurais do município, confirmando a importante atuação das propriedades de menor área, nas relações socioeconômicas da região.

O município também passa por um novo ordenamento territorial rural. Além das usinas de açúcar e álcool e frigoríficos consolidados, as cooperativas agrícolas como Cocamar, Copasul e outras agropecuárias, estão se instalando no município. Este cenário reforça que a criação de bovinos, o plantio de cana de açúcar e a produção de álcool, estão cedendo lugar a outros processos produtivos (como a produção de soja e milho), levando-se em conta o grande potencial de áreas de terras e de fertilidade de solo que o município possui.

Situações de transição são comuns dentro dos novos ambientes agrários nos assentamentos rurais. As movimentações/migrações dos indivíduos estão ligadas intrinsecamente com seus costumes, crenças e histórias de cada assentado, que, para Martins (1997; 2000), formam uma nova ordem social ou “reinvenção social” na região em que estão instalados. Estas movimentações podem ocorrer de várias regiões geográficas do país, pois um dos dispositivos dos assentados é a sua força de trabalho, que produz o fruto da terra. Esta produção de sua força de trabalho no campo está vinculada com a luta pela posse da terra pelos assentados no estado brasileiro.

Para Fabrini (2003), a luta de classes no campo está relacionada não somente ao conflito entre operários agrícolas e proprietários de terra, mas na compreensão da questão agrária e da desigualdade que percorre o campesinato diante das relações sociais e as forças de produção de mercadorias. A distribuição da riqueza produzida e a assistência apropriada para a reprodução social dos camponeses geram um desenvolvimento desigual e colocam as lutas sociais entre camponeses e capitalistas/proprietários de terras em conflitos, que seguem além da produção de mercadorias que estão relacionadas na transferência da renda ao capitalista, por meio da circulação de mercadorias no campo.

Quando tratamos das lutas sociais, estamos tratando das mais diversas formas singulares de expressão de uma camada popular da sociedade. Uma sociedade com profundas desigualdades sociais, aliada a políticas públicas pouco eficientes, provocam diversas formas de manifestações sociais em um país. Desde a década de 1970, a heterogeneidade social no Brasil reproduz formas de expressão particulares, como as que ocorreram com a autonomia discursiva dos operários industriais, de posseiros, de assalariados agrícolas, etc. Estas manifestações, para Sader (1988, p. 198), não indica nenhuma “compartimentação na pluralidade dos movimentos sociais”, nem mesmo indicam “supostas classes sociais ou camadas sociais diversas”, mas “está indicando diversas formas de expressão”.

As manifestações desencadeiam novas formas de expressar a não aprovação ou a reivindicação do que de direito ou pertencimento deveria ser realizado para o atendimento a determinada camada da população. Vários são os movimentos sociais que lutam para que não apenas sejam ouvidos, mas que seu espaço na sociedade seja respeitado, como, por exemplo, os movimentos sociais de construção do campo brasileiro, com o objetivo de fazer valer o que chamamos de reforma agrária. Para Sader (1988, p. 199), esta “nova configuração das classes populares no cenário público” se torna um “fenômeno”, “manifestado como modalidade particular das experiências vividas pelos trabalhadores”, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra, presentes em nossa pesquisa.

Os movimentos sociais ocorrem como forma de processo de mudança em sociedades desorganizadas por meio de grupo de pessoas que fogem da ordem vigente dominante. Gohn (1997, p. 171) refere-se aos movimentos sociais como sendo “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social”, provocando rupturas na "ordem" dominante, “quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta”. Estes processos coletivos buscam propósitos comuns às pessoas envolvidas, ligadas aos meios de sobrevivência e às condições básicas elementares da vida, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, gerado pela exclusão e desigualdade social, provocada, em sua grande parte, pelo processo de expansão capitalista de produção no campo.

Gohn (1997) descreve movimentos sociais como:



[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GONH, 1997, p. 251).

Dentre os movimentos socioterritoriais presentes no campo, destacamos o mais importante do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que realiza ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos, cria cooperativas de produção, entre outros. O MST possui uma organização que administra o movimento em âmbito nacional, passando a construir uma nova representação de reforma agrária no Brasil. Gonh (1997, p. 241) revela que os movimentos e a política devem possuir um alinhamento, pois a política é o local de articulação, “pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder”. A partir da ideologia criada pelos movimentos, a disseminação conta com um aliado fundamental nas estratégias de sua propagação, “a mídia”, que por meio dela, ocorre às interferências nos discursos político público, sobretudo as redes sociais, que “dão suporte ao movimento e as estruturas de mobilização, que os ligam entre si”.

De modo mais concreto, pertinente aos movimentos encontrados nos assentamentos rurais, este capítulo descreve também os movimentos socioterritoriais mencionados por Fernandes (2012), os quais tratam dos interesses pertinentes à luta pelo acesso a terra pelos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, essenciais para a existência de seu território. Alguns desses movimentos organizados exercem atividades junto aos assentamentos rurais do município de Nova Andradina e, que foram vitais às conquistas e luta pela posse de terra nos Projetos de Assentamentos. Apresentamos, no Quadro 3, os diversos Movimentos Socioterritoriais que possuíam atuação no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2000 a 2016, segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, Relatório Brasil 2017 (GIRARDI *et al.*, 2017).

Dentre os movimentos socioterritoriais apresentados pelo Relatório Brasil 2017 do DATALUTA, destacamos o MST que atuou na luta pela criação do Projeto de Assentamento Teijin, no município de Nova Andradina, e ainda, se faz presente dentro do assentamento com suas lideranças. O Relatório traz uma informação importante no que se refere à criação de Projetos de Assentamentos, destacando que no ano de 2017

não houve nenhum assentamento implantado no país, fortalecendo a manutenção da concentração do latifúndio – agronegócio com o arrendamento e venda de terras.

**Quadro 3:** Movimentos Socioterritoriais atuantes em Mato Grosso do Sul no período de 2000-2016.

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL
01	<b>FERAESP</b>	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
02	<b>FRUTO DA TERRA</b>	Fruto da Terra
03	<b>FUVI</b>	Famílias Unidas do Vale do Vilhema
04	<b>MAF</b>	Movimento Sul-Matogrossense da Agricultura Familiar
05	<b>MOVIMENTOS INDÍGENAS</b>	Movimentos Indígenas
06	<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
07	<b>MSTB</b>	Movimento Sem Terra Brasileiro
08	<b>MTR</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais
09	<b>TERRA LIVRE</b>	Movimento Popular do Campo e da Cidade
10	<b>UFT</b>	União Força e Terra

Fonte: Adaptado a partir de Girardi *et al.* (DATALUTA, 2017, p. 36-40).

Outra organização social que esteve atuante nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, foi a CPT que participou da criação do Projeto de Assentamento Casa Verde, no final da década de 1980 e, ainda, possui ações religiosas e de produção no Assentamento Teijin, desde sua implantação, segundo comentou a Irmã G. P. (responsável pela CPT no município, sede no distrito de Nova Casa Verde).

Martins (1994, p.12-13) revela que “a propriedade da terra é o centro histórico de sistema político persistente”, que, associado ao capitalismo mundial, fortaleceu o sistema político brasileiro, que impede a constituição de uma sociedade civil democrática e com princípios de cidadania. Para o autor, “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”, freando as possibilidades de transformação social no país, sobretudo no campo brasileiro.

A divisão dos lotes de famílias assentadas do Assentamento Casa Verde possui uma das maiores extensões territoriais dos Projetos de Assentamentos do município, com dimensões de mais 30 hectares por lotes, comparado aos lotes do Assentamento Santa Olga, em torno de 06 ha, o menor do município. De acordo com Fabrini e Roos (2014), para os camponeses, a propriedade ou a posse da terra é uma condição de liberdade, uma condição que garante o seu trabalho no campo, não somente para os

meios de produção, mas da sua existência e de sua família enquanto atores sociais da vida camponesa.

### **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): sua organização nos assentamentos rurais**

A atuação do MST, no Estado de Mato de Grosso do Sul, está presente em várias regiões, porém, o município de Nova Andradina é ausente na maioria das discussões acadêmicas deste movimento. Fernandes (2000), em sua obra “a formação do MST no Brasil”, nos revela que, na década de 1970, era comum no Estado a prática da exploração da força de trabalho camponesa para formar as grandes propriedades (pastagens, cercamento, etc) dos latifundiários-grileiros.

Para Fernandes (1999, p. 8), o principal papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua fundação, é o processo na forma de luta, configurada na ocupação e posse da terra. “O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra”, fundado na resistência, por meio da recriação daquele território. Esta territorialização permite recriar um novo território, por meio das ocupações, determinada e estabelecida no espaço, como uma divergência entre latifúndio e assentamento. Para os sem-terra a ocupação, é idealizada “como espaço de luta e resistência”, representa o tão esperado pedaço de terra, construído por meio do enfrentamento diário com os grandes proprietários de terra e o Estado.

Pesquisas realizadas por Almeida (2003) no Estado de Mato Grosso do Sul, apontam que a modernização da agricultura, as migrações vividas no período de 1970 e 1990 e o aumento da concentração de terras por grandes latifúndios, multiplicaram a luta pela terra no Estado, que era percebida nas longas filas de “barracos de lona” que estavam espalhados nas estradas.

Essa situação de monopólio da terra e do poder político no Mato Grosso do Sul começa a ser questionada de forma mais explícita no final dos anos 1970 e início da década de 1980, através do movimento dos arrendatários no sul do Estado. Os primeiros registros dos conflitos entre arrendatários e fazendeiros no Mato Grosso do Sul relacionam-se com os acontecimentos ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí. Situação que teve seu estopim, em 1981, com o assassinato do advogado dos arrendatários. Ainda, a luta neste período não era somente dos arrendatários para permanecerem na terra, pois já havia na região de Batayporã um movimento de reivindicação de

terras para Reforma Agrária por parte do sindicato dos trabalhadores rurais. A resposta do latifúndio à revolta dos trabalhadores do campo veio com o aprofundamento da violência e com a expulsão dos arrendatários (ALMEIDA, 2003, p. 120).

No ano de 1982, foi realizado um encontro em Glória de Dourados, que criou a Comissão Estadual dos Sem Terra, e, mais tarde, em 1984, outro evento que traçou as estratégias pela luta da terra no Estado de Mato Grosso do Sul, realizado no município de Fátima do Sul, segundo Almeida (2003). Com o movimento organizado e com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciaram negociações com o Governo por desapropriações de terras, mas, sem resultados. Então, optaram pela ocupação, sendo a primeira a ser realizada na Fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, em abril de 1984, onde ocorreram confrontos diretos com o Estado. Vários são os movimentos de ocupações e de conflitos de terras no Estado de Mato Grosso do Sul, porém, o município de Nova Andradina não está citado nas discussões acadêmicas, mesmo possuindo áreas, trajetórias de lutas e atores sociais expressivos em seus assentamentos rurais.

Fundamentando-se ainda mais em nossa pesquisa, verificamos o papel do MST nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, que está presente com maior evidência em apenas um Assentamento, o “Teijin”. Com a denominação inicial de “Acampamento 17 de Abril” (nome recebido em homenagem ao massacre dos dezenove sem terras, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Estado do Pará, resultante de ação policial), iniciou suas lutas no município de Novo Horizonte do Sul (Fazenda Angical).

Os Assentamentos Santa Olga, Casa Verde e São João não foram organizados pelo MST, mas o movimento esteve presente em manifestações realizadas pelos trabalhadores rurais sem terra, dos Assentamentos São João e Santa Olga, que ocorreu na rodovia BR-267, no ano de 2003 (segundo os assentados SJ1 e SO1), onde os acampados participaram de uma mobilização, com o objetivo de acelerar as autoridades nas desapropriações e assistência aos assentados.

O MST possui estrutura organizativa nos acampamentos, que são distribuídas em setores, como: alimentação, saúde, segurança, educação, ente outros setores, dirigidos por seus coordenadores e vice coordenadores locais, que, por meio destes regimentos, buscava-se manter em ordem os acampados e suas famílias, segundo o

assentado TJ2. O assentado, que ainda possui o vínculo com o MST, relatou a importância e os desafios do acampamento:

Valorizamos o movimento, pois, foi **“por meio dele que nós lutamos e conseguimos o lote”**. Agora tem muita gente que depois que pegou o lote, virou as costas, e não quis mais saber do movimento, porque acha que o movimento castigou o povo. O movimento não poderia **deixar o povo sem liderança e normas**, “sem limites”, isso fez com que muitos acampados desistissem e abandonassem o movimento, em virtude de cumprir as metas estabelecidas para a organização do acampamento. Estas metas eram divididas no acampamento como os trabalhos voluntários, fazer rondas, cuidar do barracão de alimentação, participar nas mobilizações, manter o acampamento limpo, etc. Além dos trabalhos, aos finais de semana tinham os bailinhos, culto evangélico, missa, enfim, o acampamento era bem programado (assentado TJ2, entrevista realizada dia 11/10/2017 – Assentamento Teijin – grifo nosso).

O MST participou da divisão dos lotes no Assentamento Teijin, por meio de elaboração junto aos responsáveis do INCRA, do tamanho dos lotes e sua localização, ficando separados do corte de lotes dos assentados da FETAGRI. O movimento “desenhou um mapa” e apresentou para o INCRA e foi autorizado o corte de lotes com média de 24 ha (de acordo com o tempo que ficou acampado – segundo o assentado TJ2), média maior que comparado aos assentados da FETAGRI, que são aproximadamente 14 ha. Segundo o assentado, a área dos lotes de assentados do MST foi dividida em comunidades, em torno de dez, divididas com 50 e 60 lotes por comunidade. Essas comunidades são formadas por três acampamentos: o “Acampamento 17 de Abril”, o “Acampamento Chico Mendes” e o “Acampamento 20 de Janeiro”, que formaram um só acampamento o “17 de Abril”, instalados no Assentamento Teijin.

Toda esta organização de luta pela posse de terra, coordenada pelo MST, nos faz refletir sobre as palavras de Fernandes (1999), que o espaço de luta e resistência dos assentamentos rurais no país, sobretudo em Nova Andradina, é um enfrentamento diário com a estrutura fundiária brasileira. Talvez, nem todos os territórios de desapropriação sejam os mesmos. Suas lutas podem ocorrer de formas distintas. O cumprimento do Estado pode ser mais presente, envolvidos sejam mais instruídos, porém, a perseverança em esperar e lutar incessantemente “faz dos assentados ligados ao MST no município de Nova Andradina”, pessoas mais “esclarecidas junto às políticas públicas de reforma agrária”.

## **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS): sindicalismo x posse de terra**

O sindicalismo rural, representado pela FETAGRI, se dá a partir do momento que o assentado se filia à entidade sindical, atribuindo sua participação e coordenação no assentamento, diferente do MST, que, para o movimento, a organização do assentamento ocorre quando o mesmo está presente nos núcleos de produção, nas cooperativas e nas associações dos assentados. Almeida (2003) relata que esta atribuição não se aplica a FETAGRI, que exerce apenas um papel de inclusão e não de ordem nos conflitos. Os assentamentos rurais, que foram conquistados pelo MST, por exemplo, e, que perderam sua organicidade de grupos de base e núcleos de produção, passaram a ser coordenados pela FETAGRI, no entanto, a entidade ao contrário das demais organizações e movimentos, em seu processo de coordenação pode se referir ao todo ou a grupos particulares, de acordo com a representatividade junto ao sindicato de seu município. No município estudado, encontramos esta condição no Assentamento Teijin, que possuem filiados ao STRAFNA e assentados organizados pelo MST.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS), foi fundada, em 1979 e está filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Dentre seus objetivos, ressaltamos a luta por uma reforma agrária democrática, a luta pela implementação de políticas públicas agrícolas, que assegurem os camponeses, bem como fornecer condições dignas de permanência e produção na terra, desenvolver e promover ações e lutas que visem à conquista de melhores condições de vida aos trabalhadores e trabalhadoras representados. No período em que a FETAGRI foi fundada, existiam Sindicatos de Trabalhadores Rurais nos municípios de Anaurilândia, Batayporã, Coxim, Ivinhema, Iguatemi, “Nova Andradina” e Naviraí, todos localizados na região sudoeste e sul do Estado.

Como já evidenciado nos trabalhos de Almeida (2003), nossa pesquisa chegou ao viés das ligações entre STRAFNA e MST, que possuem propósitos e ações pouco similares. O STRAFNA possui um ponto de referência, que atende somente os trabalhadores e trabalhadoras rurais que são filiados. Possui um leque de serviços, desde assessoria jurídica, encaminhamentos médicos, previdenciários, odontológicos, entre outros benefícios. Em nossa pesquisa, podemos confirmar que os assentados dos Assentamentos Santa Olga e Casa Verde foram organizados exclusivamente pela

FETAGRI/MS, enquanto o Teijin houve a participação também do MST (nas manifestações estavam sempre unidades, segundo os assentados).

De acordo com o ex-presidente do STRNA e atual assessor jurídico, Sr. A<sup>3</sup>. R., no período de desapropriação da Fazenda Teijin, haviam mais de 600 acampados ligados a FETAGRI, e no momento da divisão dos lotes, juntamente com o MST e a equipe do INCRA, buscaram escolher a área para a distribuição dos lotes, com o objetivo de “assentar uma quantidade maior de acampados”, por isso, os lotes se estabeleceram com menor dimensão territorial se comparados aos assentados ligados ao MST.

O Assentamento São João não houve participação da FETAGRI/MS em sua criação, apenas da CUT/MS, porém, existe assentados com registros no STRAFNA, de acordo com a secretária da entidade, a Sra. C. M. C. C. (entrevista realizada dia 05/01/2017), mas não participam financeiramente. Alguns desses registros se dão em função dos assentados morarem na sede urbana do município, porém, o sindicato não possui nenhuma ação de orientação e assistência aos assentados do Assentamento São João.

Dentre as representações referenciadas pela FETAGRI/MS nos assentamentos, ressaltamos as que os nossos participantes compreendem de apoio ou assistência aos assentados. No Assentamento Santa Olga, a maioria de nossos participantes se diz isolados do STRAFNA, sem nenhuma participação ativa na assistência aos assentados e seus lotes, porém, seguem filiados. O Assentamento Casa Verde possui filiados ao STRAFNA, entretanto, os assentados relataram que pequenas ações foram realizadas no assentamento, como, por exemplo, curso de inseminação artificial, mas, há décadas, não recebem nenhuma assistência técnica rural. No Assentamento Teijin, participaram juntamente com o MST pela luta na desapropriação da terra, porém, convivem divididos no assentamento, onde a FETAGRI/MS possuía mais filiados na criação, no entanto, são assistidos apenas na sede urbana do STRAFNA.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina passou por uma reestruturação, onde a partir de junho de 2017, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS e no mesmo local o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados de Nova

---

<sup>3</sup>Relato do Sr. A. R. realizado dia 20/08/2018 na sede do STRAFNA.

Andradina/MS, dividindo a organização sindical no atendimento de assentados e produtores camponeses, daqueles que exercem atividades remuneradas no campo (regime assalariado/empregado).

### **Comissão Pastoral da Terra (CPT): a posse de terra aos pobres do campo**

Um das organizações sociais que não estão associados a sindicatos e federações no âmbito de representações de categorias, mas desempenhando um papel de importância na preservação da vida e do meio ambiente, é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nasceu na década de 1970, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na cidade de Goiânia. Ligada à Igreja Católica, foi criada com o objetivo de servir à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e dar suporte para sua organização, definindo a cada homem e mulher o seu protagonismo de sua própria história no meio rural (CPT, 2017).

O trabalho da comissão adquiriu características distintas de uma região à outra, pois cada realidade representa um movimento e/ou luta diferente. No caso de nossa pesquisa, a CPT trata da luta e permanência nos lotes de assentamentos rurais, a busca de um pedaço de chão pelo qual os assentados procuram garantir o sustento de suas famílias. Esta preocupação permanece no acompanhamento as comunidades rurais, percebendo a rica diversidade dos povos do campo brasileiro.

Fernandes (2000) nos mostra que a CPT teve sua germinação nos anos 1960, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com objetivo de lutar pelas condições injustas e dos direitos dos trabalhadores rurais, as comunidades se tornaram espaço de socialização e organização popular. No ano de 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalha juntamente com as paróquias das cidades e comunidades rurais, articuladas aos movimentos sociais no campo. Lutam juntamente com os trabalhadores sem terra no rompimento das cercas dos latifundiários-grileiros e das injustiças, formando um novo território camponês, seja pela conquista da terra ou pela reforma agrária.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a CPT teve importante participação na criação das comissões municipais de sem-terra, realizada pelo MST, segundo Fabrini (2008). Um momento de atuação estratégica de luta da CPT ocorreu nos municípios de



Naviraí e Ivinhema, nas Fazendas Jequitibá e Fazenda Santa Idalina, respectivamente. Após esgotar as vias legais, o Estado autorizou o despejo das famílias, causando tensão e conflitos nas referidas ocupações, que trouxeram decepção à comissão, que esteve presente nas lutas, sobretudo na repressão sofrida na propriedade do grupo Sociedade Melhoramentos de Colonização (SOMECO), na década de 80, no município de Ivinhema, localizado a 57 km de Nova Andradina.

A representação da CPT<sup>4</sup>, no município de Nova Andradina, está estabelecida no distrito de Nova Casa Verde, onde as ações estão direcionadas somente aos Assentamentos Teijin e Casa Verde, os Assentamentos Santa Olga e São João “não são assistidos pela comissão”. Dentre as ações realizadas, de acordo com a Irmã G. P. (entrevista realizada em 17/10/2017), se “destaca o acompanhamento religioso, os remédios medicinais produzidos a partir de plantas do cerrado” e, a <sup>5</sup>Feira do Cerrado, que no ano de 2018 será realizada a terceira edição do evento. Este último possui participação de escolas municipais e estaduais, da Paróquia do distrito de Nova Casa Verde, da prefeitura municipal, de pesquisadores da UFGD, do MST, entre outros, que tem em seu objetivo principal de “promover a conservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade do cerrado”.

Destacamos ainda que, no período de instalação dos assentados em seus lotes no Assentamento Casa verde, a CPT contribuiu principalmente na assistência de saúde e na luta pela implantação de escolas para os filhos dos camponeses. Os coordenadores da CPT, na época do assentamento, eram do município de Glória de Dourados/MS, que, nas palavras da esposa do assentado “aquela Irmã Olga enfrentava mesmo em defesa da luta pelos assentados”. Inclusive a esposa do assentado CV1 (entrevista realizada dia 09/10/2017) fazia parte da comissão da saúde no assentamento.

Em nossa pesquisa, foi possível visualizar as inúmeras congregações religiosas instaladas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, dentre as quais a Igreja Católica é sempre presente. Nosso objetivo não é descrever a religiosidade de nossos participantes, porém, nos chamou a atenção a quantidade de igrejas estabelecidas nos assentamentos do município, em especial no Assentamento Teijin.

---

<sup>4</sup>Entrevista realizada com a responsável pela CPT no município de Nova Andradina, a Irmã G. P. dia 17/10/2017.

<sup>5</sup>**II Feira do Cerrado em Nova Casa Verde.** Disponível em: <http://cptms.org/site/top-posts/ii-feira-do-cerrado-em-nova-casa-verde/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

## **Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS): a luta pela representação**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, visa, como compromisso, a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e “dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo” por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social, ao longo da história brasileira. Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores (CUT, 2017).

A Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul (CUT/MS) foi fundada no ano de 1986, na cidade de Campo Grande. No cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse (CUT/MS, 2017).

Almeida (2003, p. 152) afirma que a CUT/MS, é fruto de um processo de organização, “marcado pela necessidade de se formar o sindicalismo rural autêntico, um sindicalismo de base comprometido com a luta dos trabalhadores” no campo. Outro ponto que a autora revela é a relação entre a CUT/MS e a FETAGRI/MS, que possui divergências em suas representações nos municípios, mesmo entendido que a CONTAG está filiada a CUT nacional.

No entanto, em nossa pesquisa, procuramos contatar a CUT/MS, com o objetivo de levantar informações referentes ao período de acampamento, criação e luta dos assentados do Assentamento São João, que é o único assentamento do município de Nova Andradina, que foi liderado pela organização sindical. Os assentados eram

filiados à entidade no período de luta pela desapropriação da Fazenda São João. De acordo com o Sr. G. D., presidente da CUT/MS (contato telefônico), não possui informações dos assentados e de suas lutas pela posse da terra referente ao Assentamento São João. Acreditamos que a ausência da entidade relatada por nossos participantes se dá pelo motivo de que os próprios assentados decidiram seguir suas vidas, de maneira autônoma.

Em nossa pesquisa, constatamos como se dão as relações entre as organizações sindicais, na atuação junto aos assentamentos do município e, podemos evidenciar que tanto o STRAFNA, como a CUT/MS possuem ações distintas, quando se trata dos assentamentos rurais. Existe uma lacuna entre suas atividades de luta no campo e, com isso, os assentados, no caso do Assentamento São João, ficam desorientados e desamparados em seus lotes, lhes restando apenas sua força de trabalho e a luta para permanecer em seu lote.

Os movimentos e organizações de luta pela terra nos assentamentos do município de Nova Andradina atuaram de maneira conjunta nos acampamentos e na distribuição de lotes. As “diferenças organizativas” estão entre as formas de lutas mais presentes nos acampamentos do MST e da FETAGRI, como ocorrera no Assentamento Teijin. A decisão de desvincular de seus movimentos e organizações sindicais é particular de cada assentado, mas não podemos negar a força destas ações na luta pela conquista da terra, caso contrário, não haveria reforma agrária no município. Os assentados reconhecem a importância da força dos movimentos e organizações, senão as desapropriações não seriam possíveis nestas localidades.

### **Considerações finais**

Os movimentos socioterritoriais e organizações de luta pela terra, que atuaram na criação dos assentamentos do município de Nova Andradina foram determinantes para a distribuição de terras e na efetivação da reforma agrária nestas localidades. As lutas travadas nos assentamentos do município reafirmam que a política de distribuição de terras aos trabalhadores rurais sem terra, está centrada na resistência de seus movimentos e organizações, para que realmente sejam concretizadas as políticas de reforma agrária no país.

A força dos movimentos socioterritoriais e as organizações de luta pela terra foram fundamentais para as desapropriações e conquista da terra, nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS, entretanto, após a entrega dos lotes, alguns de nossos participantes renunciaram o vínculo com suas organizações e seus movimentos. No Assentamento São João, os assentados desistiram da ligação com a CUT/MS, do mesmo modo que a organização sindical também não possuía informações sobre estes assentados. A FETAGRI/MS, por meio do STRAFNA, possui vínculo com alguns assentados do Santa Olga, Teijin, São João e Casa Verde, por meio de questões administrativas, sem ações diretas nos assentamentos, mediante filiação á organização sindical.

A questão agrária na distribuição dos lotes nos assentamentos rurais no município ocorreu de maneira distinta em casa projeto de assentamento. No caso do Assentamento Casa Verde, os lotes próximos do acesso à água são menores, e quanto mais distantes deste recurso, os lotes passam a serem maiores. No Teijin, a distinção ocorreu com trabalhadores rurais sem terra de movimentos e organizações sindicais diferentes, onde os acampados do movimento organizado pelo MST receberam lotes maiores que os acampados da FETAGRI.

Os projetos de assentamentos Santa Olga e São João foram criados com áreas de terras individuais e coletivas, entretanto, a área individual se torna pequena e a coletiva não funciona. Com a ausência do Estado em dar uma resposta prática aos assentados, os mesmos ficam com as incertezas e promessas de solução, chegando ao ponto de a área ser individualizada pelos próprios assentados, como ocorreu no Santa Olga, que criou novas fontes de produção e renda nos lotes. Já a CPT/MS atuou na criação do Assentamento Casa Verde, auxiliando nas ações de saúde e alimentação, e no momento, tem realizado ações religiosas e de apoio ao cultivo de frutos naturais do cerrado no Teijin e Casa Verde.

O novo reordenamento territorial na estrutura fundiária do município, a partir da criação dos assentamentos, formaram novas relações sociais e econômicas no ambiente rural. Onde antes, as propriedades desapropriadas somavam em torno de 50 famílias, com a distribuição de terras, saltaram para quase dois mil famílias assentadas. Assentados e assentadas que possuem ligação direta com o centro urbano de Nova Andradina, possuindo papel fundamental na produção agrícola do município, e,

sobretudo, são portadores de vozes fortes nas relações econômicas, políticas e culturais da região.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 1ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2003. 391 f.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil. 2003**. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso, Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003. 228p.

CPT, **Comissão Pastoral da Terra Nacional**. Disponível em:  
<<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

CUT/MS, **Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul**. Disponível em:  
<<http://www.cut-ms.org.br/conteudo/1/historico>>. Acesso em 14 out. 2017.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Edunioeste, 2003.

FABRINI, João Edmilson. **A Posse e Concentração de Terra no Sul de Mato Grosso do Sul**. In: Rosemeire Aparecida de Almeida (Org). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande/MS, Editora UFMS, 2008.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1ª ed. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008c, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, nº 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais**

**Sem Terra - MST (1979–1999)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FETAGRI/MS, **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.fetagrims.org.br>>. Acesso em: 06 set. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon *et al.* (coord.). **Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA: Relatório Brasil 2017**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP: Presidente Prudente/SP, 2017. Disponível em: <<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, nº 8, p. 73-98, 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Civilização Brasileira, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população: cidades e estados**. Brasília/DF, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, **Censo Agropecuário 2006**. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)>. Acesso em 03 fev. 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Como é um assentamento**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/assentamentos\\_caracteristicas](http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

NCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados sobre a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul - 2018**. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – SR 16. Todos os assentamentos, 2018. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 09-77 e 145-204.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed., Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <<http://mst.org.br>>. Acesso em 05 set. 2017.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma Agrária**. 2014. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/reforma-agraria/>>. Acesso em 25 mar. 2019.

NARDOQUE, Sedeval *et al.* Questão agrária em mato grosso do sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, nº 2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. **Perspectiva Geográfica**, Cascavel: Edunioeste, ano 3, nº 3, p. 7-28, 2007a.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em 01/08/2019. Aceito para publicação em 15/05/2021.
--